



MATÉRIA DE CAPA DÉCADA 2004 a 2013 - GTD

Anos de transformação

Se 2004 ficou marcado para a Grau 10 Editora com o lançamento da Revista Potência, este ano também entrou para a história do setor energético nacional, sendo o início de uma nova fase de investimentos, evolução, ajustes e crescimento. Isso porque no dia 30 de julho o governo Lula promulgou um decreto que regulamentou o novo modelo do setor elétrico no País.

De certa forma este decreto foi uma resposta do governo aos players do setor, que ainda se mostravam preocupados com o que havia ocorrido em 2001, quando o País sofreu com apagões e com o racionamento de energia. Na ocasião, já era sabido que para permitir que a economia brasileira crescesse seria preciso melhorar o potencial e as condições de geração, transmissão e distribuição de energia, inclusive para motivar os investidores privados a colocar dinheiro nesse mercado.

Assim nasceu o chamado "Novo Modelo do Setor Elétrico", cujo principal objetivo, mas não o único, era expandir o parque gerador de energia para evitar novos períodos de racionamento ou falta de eletricidade no País.

Passados nove anos, é possível identificar avanços importantes decorrentes do modelo adotado, como a retomada do planejamento para a expansão do parque instalado; a adoção e consolidação do sistema de leilões para a comercialização de energia e execução de novas linhas de transmissão; a aproximação entre os setores estatal e privado, e a criação de regras para melhorar o funcionamento do Mercado Livre e do Regulado.

Para Cláudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, pode-se dizer hoje que o Brasil conta com um marco regulatório consolidado, com avanços importantes em relação ao passado. No entanto, ele adverte que isso não significa que devemos nos

acomodar. Ao contrário, o executivo afirma que nosso modelo requer aperfeiçoamentos constantes, que serão fundamentais para enfrentar os desafios dos próximos dez anos.

Quanto aos avanços, Sales destaca que um dos principais foi a introdução do mecanismo de leilões. "Em síntese, posso descrever isso como a criação de um ambiente de competição para a oferta de energia e de linhas de transmissão associado a contratos de longo prazo. Este formato viabilizou, digamos, a 'financiabilidade' dos empreendimentos, o que fez com que houvesse um incremento importante da oferta de energia contratada. Esse foi um marco importante da mudança do modelo regulatório de então", comenta o executivo, lembrando que ao longo dos anos este modelo tem sido aperfeiçoado. "Hoje, os leilões já são feitos de forma melhor que no início", completa.

Os números do setor confirmam o avanço. A capacidade instalada de geração elé-



MARCO REGULATÓRIO PROMULGADO EM 2004 DEU UMA NOVA CARA AO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO, MAS, APESAR DOS AVANÇOS, AINDA HÁ MUITO A SER FEITO.

REPORTAGEM: MARCOS ORSOLON

trica, por exemplo, saltou de 96,29GW em 2006, para 120,97GW em 2012, o que representa um incremento de mais de 25%. A extensão das linhas de transmissão também foi significativa, passando de 86.229km em 2006, para 106.444km em 2012, um aumento de 23,44%.

Um aspecto importante do marco regulatório e que se transformou num avanço significativo foi a oferta de projetos nos leilões de concessões de geração de energia hidrelétrica já com a licença ambiental prévia emitida. "Isso foi um avanço porque fez com que uma concessão que fosse leiloada,

de fato tivesse condição de ser construída. Diferentemente do que era no passado, em que os proponentes competiam no leilão, ganhavam a concessão e apenas depois tentavam obter a licença. E muitas vezes não conseguiam essa licença, mostrando que o leilão não era realista. Então, o dispositivo de ter a usina leiloada já com a licença prévia foi um avanço importante", afirma Cláudio Sales.

No entanto, o presidente do Instituto Acende Brasil cobra melhorias no processo de licenciamento. "Nesse caso, continuamos com os mesmos desafios de sempre. É um processo ainda pouco eficiente e sujeito a interferências de toda natureza. O processo de licenciamento ainda está longe de ser satisfatório", observa Sales, destacando que o próprio governo, que tem a responsabilidade de apresentar uma hidrelétrica com a licença prévia, enfrenta dificuldades.



SEGURANÇA Geralmente acionadas para evitar riscos nos períodos de seca, termelétricas têm capacidade instalada de 32.778MW.

Outro ponto levantado por Sales é que na parte de transmissão não há essa exigência do governo submeter os projetos já com a licença prévia. Ou seja, o problema permanece. Há situações em que uma empresa ganha o leilão de transmissão, tenta obter a licença e, muitas vezes, isso

se arrasta por muito tempo, ameaçando os prazos para o cumprimento da obra.

"Eu fiz recentemente um levantamento que indica que os prazos médios concedidos no leilão para a construção de linhas de transmissão era da ordem de 23 meses, em média. Só que os prazos médios consumidos

para a obtenção de licença prévia eram de 19 meses. Sobram quatro meses para a licença de instalação e para a construção. Quer dizer, o empreendedor não consegue cumprir o contrato", lamenta o executivo, observando que a falta do licenciamento prévio gera uma grande insegurança aos investidores.

Revisão tarifária e avanços na distribuição

No que tange às empresas de distribuição, os últimos dez anos também foram marcados por mudanças importantes, inclusive no que se refere às tarifas de energia praticadas. No período, aconteceram dois ciclos de revisão tarifária, dois momentos em que a Aneel reviu a regra, a metodologia de estabelecimento da tarifa.

Segundo Cláudio Sales, na prática aconteceu que ao longo desse período o serviço de distribuição de energia conseguiu ganhos significativos de produtividade, que foram transferidos para o consumidor na forma de modicidade tarifária.

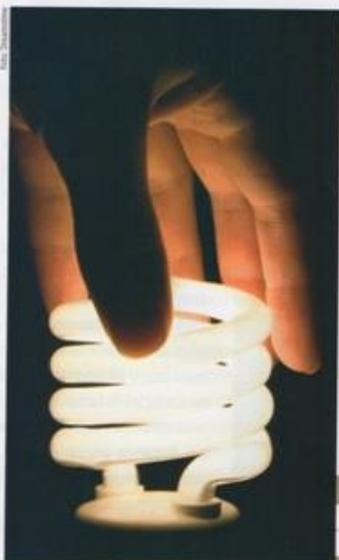
Os ciclos de revisão são momentos em que, em média a cada quatro anos, a

Aneel revê as regras de estabelecimento da tarifa. Teoricamente ela faz um ajuste olhando para o futuro. Sales explica que o resultado dos dois últimos ciclos é que os dados objetivos de performance de distribuição melhoraram. "As empresas tiveram um ganho de produtividade e transmitiram isso ao consumidor", afirma o executivo, citando o ganho obtido: "Há cerca de dez anos a atividade de distribuição era, em média, 36% da tarifa. Hoje, está em 24% da tarifa. Foi um ganho expressivo de produção".

Mas aí questionamos: Por que essa redução não foi percebida pelo consumidor?

Cláudio Sales é enfático: "Porque este

ganho de produtividade foi fortemente corroído, ou comido, pelo aumento de tributos e encargos, que foi extremamente grande nesse período. E aí, olhando para o futuro, na MP 579 o governo fez a redução de alguns encargos, mas deixou de lado a parte do Leão, que são os tributos que oneram a conta de luz de maneira perversa. E dou um dado que ilustra isso de maneira contundente. A participação do setor de energia elétrica representa 2% do PIB. Mas em PIS/Cofins ele representa 5,2%. Do ICMS o setor representa 8,4%. Esse é o retrato definitivo do lado perverso da tributação sobre a energia elétrica no País. O que assistimos ao longo desses



Programa Luz para Todos

Uma ação importante do governo federal nos últimos dez anos foi o lançamento pelo Ministério de Minas e Energia, em 2003, do Programa Luz para Todos, que foi criado para acabar com a exclusão elétrica no Brasil. Em sua estrutura, o Luz para Todos é operacionalizado pela Eletrobrás e executado pelas concessionárias de energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural em parceria com os governos estaduais.

Inicialmente, o programa tinha como meta levar o acesso à energia elétrica, gratuitamente, para cerca de 10 milhões de pessoas do meio rural até o ano de 2008. No entanto, durante a sua execução novas famílias sem

energia elétrica em casa foram localizadas e, em função do surgimento de um grande número de demandas, o Luz para Todos acabou atendendo um número maior de pessoas, além de ter sido prorrogado até 2014. Até o final de 2012, o programa realizou pouco mais de três milhões de ligações, atendendo 15,1 milhões de pessoas. Os investimentos passaram de R\$ 20 bilhões, dos quais cerca de R\$ 14,5 bilhões são provenientes do governo federal.

Além disso, estima-se que as obras do Luz para Todos tenham gerado cerca de 439 mil novos postos de trabalho e utilizado 1 milhão de transformadores, mais de 7,3 milhões de postes e 1,4 milhão de km de cabos elétricos.

ANO	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	TOTAL
Número de ligações	69.999	378.046	590.013	397.877	441.427	357.970	419.204	247.862	120.131	3.022.529
População atendida (mil)	350	1.890	2.950	1.989	2.207	1.790	2.096	1.239	601	15.113

dez anos foi um aumento disso, o que é um contrassenso. A ponto de corroer os ganhos de produtividade que as empresas têm alcançado”.

O presidente do Instituto Acende Brasil também demonstra preocupação com o que está acontecendo a partir do terceiro ciclo de revisão tarifária. Ele explica que as regras estabelecidas no terceiro ciclo impõem uma redução na capacidade de geração de caixa das empresas distribuidoras da ordem de 30%, em média. E isso combinado com desafios crescentes para investimentos voltados ao aumento da qualidade, diminuição de perdas, etc.

“O problema no terceiro ciclo é que, na nossa visão, eles forçaram demais a mão no que diz respeito ao desafio imposto às empresas, que terão de fazer mais, só que com menos recursos. Esse é o dilema. E até o bom senso mostra que é difícil. Quer dizer, o setor já vinha apresentando ganhos de produtividade constantes, acumulativos numa média maior que 1% ao ano, que era 36% da tarifa e baixou para menos de 24%. O ganho de produtividade já avançou muito e foi proposto ainda mais. É um desafio de alto risco, mas é o que está acontecendo. E as empresas estão segurando investimentos, que é o que podem fazer. Tudo isso aumentando o risco”, pondera.



Capacidade instalada de geração elétrica no Brasil

(MW)

Fonte/Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Usinas hidrelétricas	72.005	74.937	74.901	75.484	77.090	78.371	79.811
Usinas termelétricas	20.372	21.229	22.999	25.350	29.689	31.244	32.778
PCH	1.566	1.820	2.490	2.953	3.428	3.870	4.248
CGH	107	112	154	173	185	216	235
Usinas nucleares	2.007	2.007	2.007	2.007	2.007	2.007	2.007
Usinas eólicas	237	247	398	602	927	1.425	1.886
Solar	-	-	-	-	1	1	8
TOTAL	96.294	100.352	102.949	106.569	113.327	117.135	120.973

Fonte: IPE

Planejamento ainda deixa a desejar

Um avanço importante do novo marco regulatório do setor foi o resgate do planejamento nessa área. E isso ficou evidente desde o seu lançamento, quando foi criada a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), braço do governo que passou a ser responsável pelo planejamento desse mercado, junto com o Operador Nacional do Sistema (ONS). Antes de 2004, essa era uma obrigação da Eletrobrás.

Mas qual foi o resultado efetivo dessa mudança?

Essa é uma resposta que pode ser dividida em duas partes. A primeira é positiva, pois, apesar das falhas, a EPE conseguiu trazer o tema planejamento à tona, o que favoreceu

a realização dos investimentos. O lado negativo fica por conta da qualidade deste planejamento. Na opinião da maioria dos especialistas do setor o planejamento precisa ser aprimorado para que os empreendedores se sintam mais seguros para investir.

Para Cláudio Sales, o próprio Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) emitido anualmente pela EPE precisa ser melhorado, pois hoje, da forma como ele é feito, acaba tendo pouca valia para o mercado. O problema está nas distorções, visto que há grande diferença entre as projeções realizadas ano após ano. Por exemplo, se forem comparadas as



Planejamento ainda precisa ser melhorado no setor de energia.
CLÁUDIO SALES
INSTITUTO ACENDE BRASIL

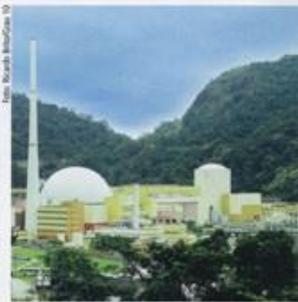


Foto: Ricardo Basso/Corbis 10

Geração de energia elétrica anual no Brasil

2004	→	387.452	GW
2005	→	402.938	GW
2006	→	419.337	GW
2007	→	444.583	GW
2008	→	463.120	GW
2009	→	462.976	GW
2010	→	515.799	GW
2011	→	531.758	GW
2012	→	552.498	GW

Fonte: EPE

Extensão das linhas de transmissão do SIN

2006	→	86.229	km
2007	→	87.286	km
2008	→	91.928	km
2009	→	96.995	km
2010	→	100.179	km
2011	→	103.362	km
2012	→	106.444	km

Fonte: EPE

projeções de expansão de oferta hidrelétrica para o ano de 2015 nos Planos Decenais publicados em 2007 e 2012, a diferença é enorme. No plano de 2007 a projeção era de 60%, enquanto que no de 2012 ela era de 33,5%.

Sales observa ainda que planejar é mais que elaborar estes Planos Decenais. Por isso, é preciso aprimorar a atuação da EPE para que ela exerça um papel que não se resume a tentar elaborar planos. "O que se espera da EPE é que ela lidere uma reflexão de como atender melhor as necessidades de energia do País, ajudando a criar um ambiente para que os agentes, sabendo

disso, possam propor as soluções mais eficientes", pondera.

Nessa forma de agir também se enquadram os leilões, mas eles precisariam ser aprimorados em relação ao que existe. "Hoje, eles contemplam exclusivamente a oferta de quantidade de garantia física de energia. Mas essa é uma visão daltônica do planejador, pois não contempla as outras cores importantes, que são a localização das usinas, a capacidade de modulação da oferta de energia e até a sua a despachabilidade", destaca.

Cláudio Sales também critica algumas ações recentes do governo, em especial a publicação da MP 579. "Nesses últimos dez anos, embora em ritmo menor do que poderia, o setor evoluiu. Mas é com tristeza que observamos um ponto de inflexão nessa curva, que foi apresentado pela MP 579, que foi produzida sem transparência, sem discussão prévia e que a pretexto de equacionar a questão da renovação das concessões introduziu uma série de distorções no ambiente regulatório do setor. O Brasil já está pagando um custo grande por isso. Não é por decreto que se baixa preço de energia. Isso é uma ameaça grande para a confiança no setor. Espero que nos próximos dez anos a Revista Potência possa noticiar uma evolução em relação a isso, sem aventuras no setor, como essa da MP 579", completa. ●

Cabos de Alumínio Multiplexado, Duplex 10mm² até o Quadruplex 120mm², isolados em PE/XLPE.

Anil
M E T A I S

Anil Metais, qualidade e serviço iluminando o nosso futuro.

Fone: 15-3228-2429 www.anilmetais.com.br

Se 2004 ficou marcado para a Grau 10 Editora com o lançamento da Revista Potência, este ano também entrou para a história do setor energético nacional, sendo o início de uma nova fase de investimentos, evolução, ajustes e crescimento. Isso porque no dia 30 de julho o governo Lula promulgou um decreto que regulamentou o novo modelo do setor elétrico no País.

De certa forma este decreto foi uma resposta do governo aos players do setor, que ainda se mostravam preocupados com o que havia ocorrido em 2001, quando o País sofreu com apagões e com o racionamento de energia.

Na ocasião, já era sabido que para permitir que a economia brasileira crescesse seria preciso melhorar o potencial e as condições de geração, transmissão e distribuição de energia, inclusive para motivar os investidores privados a colocar dinheiro nesse mercado.

Assim nasceu o chamado "Novo Modelo do Setor Elétrico", cujo principal objetivo, mas não o único, era expandir o parque gerador de energia para evitar novos períodos de racionamento ou falta de eletricidade no País. Passados nove anos. é possível identificar avanços importantes decorrentes do modelo adotado, como a retomada do planejamento para a expansão do parque instalado; a adoção e consolidação do sistema de leilões para a comercialização de energia e execução de novas linhas de transmissão; a aproximação entre os setores estatal e privado, e a criação de regras para melhorar o funcionamento do Mercado Livre e do Regulado.

Para **Cláudio Sales**, presidente do **Instituto Acende Brasil**, pode-se dizer hoje que o Brasil conta com um marco regulatório consolidado, com avanços importantes em relação ao passado. No entanto, ele adverte que isso não significa que devemos nos acomodar. Ao contrário, o executivo afirma que nosso modelo requer aperfeiçoamentos constantes, que serão fundamentais para enfrentar os desafios dos próximos dez anos. Quanto aos avanços, Sales destaca que um dos principais foi a introdução do mecanismo de leilões.

"Em síntese, posso descrever isso como a criação de um ambiente de competição para a oferta de energia e de linhas de transmissão associado a contratos de longo prazo. Este formato viabilizou, digamos, a 'financiabilidade' dos empreendimentos, o que fez com que houvesse um incremento importante da oferta de energia contratada. Esse foi um marco importante da mudança do modelo regulatório de então", comenta o executivo, lembrando que ao longo dos anos este modelo tem sido aperfeiçoado. "Hoje, os leilões já são feitos de forma melhor que no início", completa. Os números do setor confirmam o avanço.

A capacidade instalada de geração elétrica, por exemplo, saltou de 96.29GW em 2006, para 120.97GW em 2012. o que representa um incremento de mais de 25%. A extensão das linhas de transmissão também foi significativa, passando de 86.229km em 2006, para 106.444km em 2012, um aumento de 23,44%. Um aspecto importante do marco regulatório e que se transformou num avanço significativo foi a oferta de projetos nos leilões de concessões de geração de energia hidrelétrica já com a licença ambiental prévia emitida. "Isso foi um avanço porque fez com que uma concessão que fosse leiloada, de fato tivesse condição de ser construída. Diferentemente do que era no passado, em que os proponentes competiam no leilão, ganhavam a concessão e apenas depois tentavam obter a licença.

E muitas vezes não conseguiam essa licença, mostrando que o leilão não era realista. Então, o dispositivo de ter a usina leiloada já com a licença prévia foi um

avanço importante", afirma **Cláudio Sales**. No entanto, o presidente do **Instituto Acende Brasil** cobra melhorias no processo de licenciamento. "Nesse caso, continuamos com os mesmos desafios de sempre. É um processo ainda pouco eficiente e sujeito a interferências de toda natureza. O processo de licenciamento ainda está longe de ser satisfatório", observa Sales, destacando que o próprio governo, que tem a responsabilidade de apresentar uma hidrelétrica com a licença prévia, enfrenta dificuldades.

Outro ponto levantado por **Sales** é que na parte de transmissão não há essa exigência do governo submeter os projetos já com a licença prévia. Ou seja, o problema permanece. Há situações em que uma empresa ganha o leilão de transmissão, tenta obter a licença e, muitas vezes, isso se arrasta por muito tempo, ameaçando os prazos para o cumprimento da obra. "Eu fiz recentemente um levantamento que indica que os prazos médios concedidos no leilão para a construção de linhas de transmissão era da ordem de 23 meses, em média. Só que os prazos médios consumidos para a obtenção de licença prévia eram de 19 meses. Sobram quatro meses para a licença de instalação e para a construção. Quer dizer, o empreendedor não consegue cumprir o contrato", lamenta o executivo, observando que a falta do licenciamento prévio gera uma grande insegurança aos investidores.

Revisão tarifária e avanços na distribuição

No que tange às empresas de distribuição, os últimos dez anos também foram marcados por mudanças importantes, inclusive no que se refere às tarifas de energia praticadas. No período, aconteceram dois ciclos de revisão tarifária, dois momentos em que a Aneel reviu a regra, a metodologia de estabelecimento da tarifa.

Segundo **Cláudio Sales**, na prática aconteceu que ao longo desse período o serviço de distribuição de energia conseguiu ganhos significativos de produtividade, que foram transferidos para o consumidor na forma de modicidade tarifária. Os ciclos de revisão são momentos em que, em média a cada quatro anos, a Aneel revê as regras de estabelecimento da tarifa. Teoricamente ela faz um ajuste olhando para o futuro. Sales explica que o resultado dos dois últimos ciclos é que os dados objetivos de performance de distribuição melhoraram. "As empresas tiveram um ganho de produtividade e transmitiram isso ao consumidor", afirma o executivo, citando o ganho obtido: "Há cerca de dez anos a atividade de distribuição era, em média, 36% da tarifa.

Hoje, está em 24% da tarifa. Foi um ganho expressivo de produção". Mas aí questionamos: Por que essa redução não foi percebida pelo consumidor? **Cláudio Sales** é enfático: "Porque este ganho de produtividade foi fortemente corroído, ou comido, pelo aumento de tributos e encargos, que foi extremamente grande nesse período. E aí, olhando para o futuro, na MP 579 o governo fez a redução de alguns encargos, mas deixou de lado a parte do Leão, que são os tributos que oneram a conta de luz de maneira perversa. E dou um dado que ilustra isso de maneira contundente. A participação do setor de energia elétrica representa 2% do PIB. Mas em PIS/Cofins ele representa 5,2%. Do ICMS o setor representa 8,4%. Esse é o retrato definitivo do lado perverso da tributação sobre a energia elétrica no País. O que assistimos ao longo desses dez anos foi um aumento disso, o que é um contrassenso.

A ponto de corroer os ganhos de produtividade que as empresas têm alcançado". O presidente do Instituto Acende Brasil também demonstra preocupação com o que

está acontecendo a partir do terceiro ciclo de revisão tarifária. Ele explica que as regras estabelecidas no terceiro ciclo impõem uma redução na capacidade de geração de energia das empresas distribuidoras da ordem de 30%, em média. E isso combinado com desafios crescentes para investimentos voltados ao aumento da qualidade, diminuição de perdas, etc. 'O problema no terceiro ciclo é que, na nossa visão, eles forçaram demais a mão no que diz respeito ao desafio imposto às empresas, que terão de fazer mais, só que com menos recursos. Esse é o dilema.

E até o bom senso mostra que é difícil. Quer dizer, o setor já vinha apresentando ganhos de produtividade constantes, acumulativos numa média maior que 1% ao ano, que era 36% da tarifa e baixou para menos de 24%. O ganho de produtividade já avançou muito e foi proposto ainda mais. É um desafio de alto risco, mas é o que está acontecendo. E as empresas estão segurando investimentos, que é o que podem fazer. Tudo isso aumentando o risco', pondera.

Planejamento ainda deixa a desejar

Um avanço importante do novo marco regulatório do setor foi o resgate do planejamento nessa área. E isso ficou evidente desde o seu lançamento, quando foi criada a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), braço do governo que passou a ser responsável pelo planejamento desse mercado, junto com o Operador Nacional do Sistema (ONS). Antes de 2004, essa era uma obrigação da Eletrobrás.

Mas qual foi o resultado efetivo dessa mudança? Essa é uma resposta que pode ser dividida em duas partes. A primeira é positiva, pois, apesar das falhas, a EPE conseguiu trazer o tema planejamento à tona, o que favoreceu a realização dos investimentos. O lado negativo fica por conta da qualidade deste planejamento. Na opinião da maioria dos especialistas do setor o planejamento precisa ser aprimorado para que os empreendedores se sintam mais seguros para investir.

Para **Cláudio Sales**, o próprio Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) emitido anualmente pela EPE precisa ser melhorado, pois hoje, da forma como ele é feito, acaba tendo pouca valia para o mercado. O problema está nas distorções, visto que há grande diferença entre as projeções realizadas ano após ano. Por exemplo, se forem comparadas as projeções de expansão de oferta hidrelétrica para o ano de 2015 nos Planos Decenais publicados em 2007 e 2012, a diferença é enorme.

No plano de 2007 a projeção era de 60%, enquanto que no de 2012 ela era de 33,5%. Sales observa ainda que planejar é mais que elaborar estes Planos Decenais. Por isso, é preciso aprimorar a atuação da EPE para que ela exerça um papel que não se resume a tentar elaborar planos. "O que se espera da EPE é que ela lidere uma reflexão de como atender melhor as necessidades de energia do País, ajudando a criar um ambiente para que os agentes, sabendo disso, possam propor as soluções mais eficientes", pondera. Nessa forma de agir também se enquadram os leilões, mas eles precisariam ser aprimorados em relação ao que existe.

"Hoje, eles contemplam exclusivamente a oferta de quantidade de garantia física de energia. Mas essa é uma visão daltônica do planejador, pois não contempla as outras cores importantes, que são a localização das usinas, a capacidade de modulação da oferta de energia e até a sua despachabilidade", destaca. **Cláudio Sales** também critica algumas ações recentes do governo, em especial a publicação da MP 579, "Nesses últimos dez anos, embora em ritmo menor do que poderia, o setor evoluiu.

Mas é com tristeza que observamos um ponto de inflexão nessa curva, que foi apresentado pela MP 579, que foi produzida sem transparência, sem discussão prévia e que a pretexto de equacionar a questão da renovação das concessões introduziu uma série de distorções no ambiente regulatório do setor. O Brasil já está pagando um custo grande por isso. Não é por decreto que se baixa preço de energia. Isso é uma ameaça grande para a confiança no setor. Espero que nos próximos dez anos a Revista Potência possa noticiar uma evolução em relação a isso, sem aventuras no setor, como essa da MP 579", completa.

Programa Luz para Todos

Uma ação importante do governo federal nos últimos dez anos foi o lançamento pelo Ministério de Minas e Energia, em 2003. Do Programa Luz para Todos, que foi criado para acabar com a exclusão elétrica no Brasil. Em sua estrutura, o Luz para Todos é operacionalizado pela Eletrobrás e executado pelas concessionárias de energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural em parceria com os governos estaduais. Inicialmente, o programa tinha como meta levar o acesso à energia elétrica, gratuitamente, para cerca de 10 milhões de pessoas do meio rural até o ano de 2008. No entanto, durante a sua execução novas famílias sem energia elétrica em casa foram localizadas e, em função do surgimento de um grande número de demandas, o Luz para Todos acabou atendendo um número maior de pessoas, além de ter sido prorrogado até 2014. Até o final de 2012, o programa realizou pouco mais de três milhões de ligações, atendendo 15,1 milhões de pessoas. Os investimentos passaram de R\$ 20 bilhões, dos quais cerca de R\$ 14,5 bilhões são provenientes do governo federal. Além disso, estima-se que as obras do Luz para Todos tenham gerado cerca de 439 mil novos postos de trabalho e utilizado 1 milhão de transformadores, mais de 7.3 milhões de postes e 1,4 milhão de km de cabos elétricos.

Gráfico

Capacidade instalada de geração elétrica no Brasil (MW)

Fonte/Ano

2006

Usinas hidrelétricas: 72.005

Usinas termelétricas: 20.372

PCH: 1.566

CGH: 107

Usinas Nucleares: 2.007

Usinas eólicas: 237

Solar: -

Total: 96.294

2007

Usinas hidrelétricas: 74.937

Usinas termelétricas: 21.229

PCH: 1.566

CGH: 112

Usinas Nucleares: 2.007

Usinas eólicas: 247

Solar: -

Total:100.352

2008

Usinas hidreléctricas: 74.901

Usinas termeléctricas: 22.999

PCH: 2.490

CGH: 173

Usinas Nucleares: 2.007

Usinas eólicas:398

Solar: -

Total: 102.949

2009

Usinas hidreléctricas: 75.484

Usinas termeléctricas: 25.350

PCH: 2.953

CGH: 173

Usinas Nucleares: 2.007

Usinas eólicas: 602

Solar: -

Total: 106.569

2010

Usinas hidreléctricas: 77.090

Usinas termeléctricas: 29.689

PCH: 3.428

CGH: 185

Usinas Nucleares 2.007

Usinas eólicas: 927

Solar: 1

Total: 113.327

2011

Usinas hidreléctricas: 78.371

Usinas termeléctricas: 31.244

PCH: 3.870

CGH: 216

Usinas Nucleares: 2.007

Usinas eólicas: 1.425

Solar: 1

Total: 117.135

2012

Usinas hidreléctricas: 79.811

Usinas termeléctricas: 32.778

PCH: 4.248

CGH: 235

Usinas Nucleares: 2.007

Usinas eólicas: 1.886

Solar: 8

Total: 120.973